

FENÔMENO SUICIDA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Suelen Oliveira Franco¹
Mirta Adja Leite dos Santos²
Lorena Guimarães Ferreira Honorato³
Edna Ferreira Coelho Galvão⁴

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar e apontar a produção científica sobre a temática do fenômeno suicida, fazendo um recorte com o trabalho do assistente social na política de saúde mental. O percurso metodológico trilhou pela abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, por meio da Revisão de Literatura, guiada pela abordagem do Materialismo Histórico e Dialético. O resultado apontou que o arcabouço teórico-crítico deve nortear a prática profissional; o acolhimento, a escuta e a observação qualificadas são consideradas importantes pelos usuários; o/a assistente social precisa manter-se em formação continuada; o fenômeno do suicídio deve constar nas pesquisas e disciplinas do Curso de Serviço Social. A conclusão dessa investigação revelou que a intervenção do/a assistente social na saúde mental, com recorte no fenômeno suicida requisita investimento em conhecimento teórico crítico, nas particularidades das dimensões da profissão e na observância do projeto ético-político da profissão.

1

Palavras-chave: Suicídio. Saúde mental. Serviço Social.

ABSTRACT: This research has the general objective of analyzing and pointing out the scientific production on the theme of the suicidal phenomenon, making a cut with the work of the social worker in the mental health policy. The methodological route followed the qualitative research approach, of the bibliographical type, through the Literature Review, guided by the approach of Historical and Dialectical Materialism. The result pointed out that the theoretical-critical framework should guide professional practice; welcoming, listening and qualified observation are considered important by users; the social worker needs to remain in continuous training; the phenomenon of suicide must be included in the research and disciplines of the Social Service Course. The conclusion of this investigation revealed that the intervention of the social worker in mental health, with a focus on the suicidal phenomenon, requires investment in critical theoretical knowledge, in the particularities of the dimensions of the profession and in the observance of the ethical-political project of the profession.

Keywords: Suicide. Mental health. Social Service.

¹Assistente Social Residente, Universidade Estadual do Pará.

²Mestra em Ciências da Sociedade UFOPA, Assistente Social do HRBA/ Preceptora/UEPA.

³Mestra em Promoção de Saúde – UNASP, Docente no Centro universitário Luterano de Santarém.

⁴Doutora em Educação pela UFF/RJ, Docente da Universidade Estadual do Pará – UEPA.

I INTRODUÇÃO

Acompanhando as grandes transformações sociais, o suicídio é hoje considerado um grave problema de saúde pública, requisitando aos países a maximizarem suas ações em torno de políticas que visem redução dessas mortes, isto é, políticas que apontem para a sua prevenção. O suicídio é um problema da sociedade contemporânea, bem como, de outras sociedades mais antigas, que vem se configurando como uma das mortes mais devastadoras e questionadas ao longo dos tempos.

O problema definido para este estudo considerou os dados expressivos do fenômeno do suicídio na sociedade contemporânea e atuação do/a assistente social na Rede de Atenção Psicossocial e trilhou em busca de respostas para as seguintes questões norteadoras: a) *quais as contribuições do Serviço Social na saúde mental no trato com pessoas com ideação suicida?* b) *quais os princípios nortecedores da intervenção profissional na emergência da questão social, do comportamento suicida?*

Como objetivo geral dispusemos a *analisar e apontar a produção científica sobre a temática do fenômeno suicida, fazendo um recorte com o trabalho do assistente social na política de saúde mental. E de forma específica definimos: a) Conhecer o fazer profissional do/a assistente social na dinâmica do atendimento a pessoas com ideação suicida. b) Investigar o fenômeno do suicídio dentro da centralidade da Política de Saúde Mental.*

2

A justificativa para elaboração desse estudo está ligada a um diálogo sobre diversos temas de Trabalho de Conclusão de Curso, em sala de aula com uma professora da academia. Neste debate encontramos vários estudos com a temática de tentativa de suicídio e morte por suicídio, no município de Santarém; e uma breve contextualização do fenômeno, que incentivou reflexões acerca do problema tematizado nessa pesquisa. Enxergar esse tema como possibilidade de investigação, já se pode considerar uma forma de prevenção ao suicídio, pois a informação e formação de conhecimentos aqui construídos atingirão a todo o grupo participante desta obra científica, inclusive você leitor.

Trabalhar essa questão social dentro do curso de Serviço Social é instigante e desafiador. As pesquisas na área de Serviço Social e Saúde Mental com enfoque na prevenção ao suicídio são diversas, por isso consideramos imperiosa a nossa contribuição teórica para fomentar pesquisas e fundamentar a intervenção profissional, a fim de atender usuários/as com o perfil de comportamento suicida; prevenir ocorrência de subtração de vidas; e incentivar os/as

profissionais de Serviço Social a aperfeiçoarem suas ferramentas técnicas e operativas para um maior comprometimento com fenômeno em questão.

O caminho metodológico deste estudo foi pautado pela abordagem de pesquisa qualitativa, pois segundo Oliveira (2011, p. 24), essa a abordagem “procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”. Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, por meio da Revisão de Literatura como uma das modalidades da pesquisa bibliográfica, em definição Gil ressaltar que (2008, p. 50), encontraremos uma vasta informação sobre o fenômeno estudado, a partir de produções elaboradas e desenvolvidas, como livros e artigos científicos. Utilizamos a Plataforma Google Acadêmico, para escolher as produções em Serviço Social, na saúde mental, com ênfase ao suicídio, em Unidades de Atendimento Psicossocial.

A investigação e apreensão do fenômeno em questão, neste trabalho, seguiu a abordagem do Materialismo Histórico e Dialético, que interpreta a realidade e busca responder aos fenômenos existentes na sociedade. Os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2008, p. 33), reafirmando a singularidade de estar inserido no meio social recebendo transformações. Segundo Engels (1978, p. 202) “para a dialética não há nada de definitivo, de absoluto, de sagrado; ela apresenta a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas e, para ela, nada existe além do processo ininterrupto do devir e do transitório”. O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje [...] (MARCONI; LAKATOS, 2003).

3

O universo da pesquisa, como bem ressaltar Gil (2008), as pesquisas no campo social, abrangem um universo gigantesco que seria incapaz de considera-lo em sua totalidade, por isso é frequente o trabalho com uso de amostragem. Dessa forma a amostragem formou o conjunto de cinco (5) Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, no banco de dados do Google Acadêmico para Revisão da Literatura. Nesse levantamento reunimos os seguintes aspectos: autor, ano da publicação, objetivo, resultados e conclusão, centrados na atuação do profissional de Serviço Social em Rede de Atendimento Psicossocial, com recorte no fenômeno suicida.

A organização deste artigo reuniu na segunda seção, aspectos referentes ao suicídio, sua historicidade e o pensamento de Marx e Durkheim e o Serviço Social. Na primeira subseção, tratamos sobre os aspectos históricos do suicídio. Na segunda subseção apresentamos o diálogo sobre suicídio a partir da visão de Marx e Durkheim. Na terceira subseção apresentamos

aspectos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil e na subseção final tecemos um diálogo sobre a política de saúde mental e a intervenção do profissional de Serviço Social. Na terceira seção apresentamos o resultado da pesquisa e a discussão dos resultados. Na quarta seção delineamos as considerações finais.

2 SUICÍDIO: HISTORICIDADE E O PENSAMENTO DE MARX E DURKHEIM

2.1 Dos aspectos históricos acerca do suicídio

O suicídio é um fenômeno mundial que devasta vidas de milhares de pessoas no mundo e aniquila voluntariamente outros milhares, historicamente sendo considerado um fenômeno social dessa e de outras sociedades (BOTEGA, 2022).

Hodiernamente, é a segunda maior causa de mortalidade no mundo, são mais de 800 mil pessoas que cometem suicídio ao ano segundo os dados da Organização Mundial Saúde 2019, o Brasil está entre os décimos primeiros países. Se comparado aos outros países os dados não estão em níveis altos, porém são mais de 13 mil mortes ao ano registrada, este fenômeno tem alcançado larga escala e se faz presente na sociedade brasileira (BOLETIM, 2019).

Segundo os dados notificados pelo Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que a cada 40 (quarenta) segundos uma pessoa se mata no mundo, e para cada morte há pelo menos 20 (vinte) tentativas frustradas (BOLETIM, 2019).

4

Diante dessa temática persiste um tabu que incide na subnotificação de ocorrências do ato e uma análise descontextualizada do indivíduo, conseqüentemente implica na ausência de possíveis diálogos que influem nas mediações e intervenções para este problema social de proporção multidimensional, que em sua maioria, poderia ser reduzido ou evitado.

O suicídio perpassa historicamente pelas sociedades de maneira diversa, a sua compreensão e definição há uma grande assimetria, desde os povos primitivos até a sociedade do século XXI, possivelmente podemos enxergar que se perdurou um tabu em torno dessa temática, e este tem como base a gênese das sociedades mais antigas.

Pontuando a Grécia antiga, considerava-se o ato como crime de lesa-majestade, um ato repugnante, e não somente o suicídio, mas também as tentativas de suicídio, para conter tal atitude, haviam penalidades injuriosas para servir de exemplo, apenas o estado tinha poder para vetar, autorizar ou até mesmo induzir um suicídio (Botega, 2022).

Sendo um fenômeno de amplitude universal, está para além das percepções filosóficas, religiosas, como bem ressalta Santos (2010, p. 5):

Uma breve revisão histórica mostra que o suicídio é um fenômeno universal, registrado desde a antiguidade, rememorado pelos mitos das sociedades primitivas, criticado pelas religiões como ato de rebelião contra o criador, aparecendo ainda, em muitos escritos filosóficos, como ato de suprema liberdade, sendo, portanto, um fenômeno que acompanha a própria história da humanidade.

Mas nada disso foi capaz de parar ou ameniza-lo. Os reflexos estão na sociedade contemporânea, os dados notificam o crescente percentual de mortes por suicídio, assim como alguns fatores desencadeante deste processo ou ato premeditado. Na esfera mundial o suicídio é a segunda causa de morte jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, com destaque para a questão do desemprego e transtornos mentais entre dos fatores que desencadeiam ato suicida (BOLETIM, 2019).

2.2 Do diálogo de Durkheim e Marx sobre o suicídio

Para explicações deste fenômeno que vem ocorrendo desde as sociedades mais antigas, temos mestres sociólogos que estudaram o suicídio e outros que apenas se preocuparam com este fenômeno, e que não deixaram de percebê-lo em sua dimensão, mostrando a importância de tratar o assunto com seriedade.

No final do século XIX, em 1897, o sociólogo francês, Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da sociologia, se debruçou sobre o assunto em questão, publicou sua obra *O suicídio: estudos de sociologia*. Destarte, esse trabalho tem sido referência para estudiosos das Ciências Humanas e em especial, para Sociologia, dada a sua contribuição de compreender o problema que assolava a sociabilidade, assevera doutor e Professor Veres (2017), em seu artigo *O problema do suicídio em Durkheim*.

Durkheim (2000) salienta que o suicídio tem suas causas pelos fatos externos aos indivíduos, isto é, não considera do ponto de vista individual, ele afirma ser o suicídio produto dos fatos sociais, recebido da sociedade, das relações sociais que os envolvem, ademais, não se trata apenas de problemas psíquicos.

A corrente sociológica de Durkheim (2000, p. 14), trata o suicídio em definição como “[...] toda morte de si mesmo, gerada conscientemente. Isto é, a pessoa sabe que sua atitude de tentativa terá um fim, e este é a morte.”. E ainda o autor considera suicídio

[...] todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado. A tentativa é o ato assim definido, mas interrompido antes que dele resulte a morte. (DURKHEIM, 2000, p. 14).

O sociólogo francês percebeu esse problema e buscou entendê-lo para explicar à sociedade de sua época, compreendendo que o indivíduo sucumbe a intenção pessoal pela

influência recebida dos meios externos, as tentativas desse ato, seria aquelas frustradas. No seu trabalho Durkheim já afirmava que “cada sociedade tem uma disposição a fornecer um determinado contingente de mortos voluntários” (DURKHEIM, 2000, p. 24). Para ele, é um problema social que acontece somente dentro do social.

A obra “Karl Marx: sobre o suicídio”, publicado no Brasil em 2006, pela editora Boitempo, apresenta alguns excertos do teórico clássico da sociologia, no tocante ao assunto do nosso trabalho, vem contribuir diretamente para o diálogo feito sobre o problema do suicídio. Marx (2006), faz uma leitura da vida privada faz uma leitura da sociabilidade e nesses excertos de um “Marx insólito”, ver o suicídio como marca das “contradições e os contrassensos da vida moderna, não apenas nas relações entre classes específicas, mas também em todos os círculos e configurações da hodierna convivência”

As causas do suicídio analisado por Marx, estava associado as relações desiguais do capitalismo na sociedade moderna e nas suas relações como um todo. E para ele, o fim desse mal social se dará com a superação da sociedade do modelo de produção capitalista, sendo necessário uma transformação radical da sociedade, das instituições e suas relações sociais (MARX, 2006, p. 21).

3 DA REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL

6

3.1 Aspectos sobre a Reforma Psiquiátrica e a rede de atenção psicossocial no Brasil

O início do processo de reforma psiquiátrica brasileira e o 'movimento higiênico' dos anos 1970, veio para modificar o trato no cuidado e gestão da prática em saúde mental, Bisneto nos confirma a temporalidade e os movimentos em torno da questão:

No Brasil, nos anos 1970, os militantes das várias correntes de psiquiatrias e psicologias alternativas se reuniram no Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental e organizaram congressos em níveis regionais e até nacionais, dos quais na década de 1980, se originou o que chamamos de Movimento de Reforma Psiquiátrica. (BISNETO, 2007, p. 34).

Embora concomitante à reforma sanitária, o processo de reforma psiquiátrica no Brasil tem uma história de lutas e avanços, inscrita no contexto internacional, com objetivo de banir o modelo hospitalocêntrico, superando a violência contra aquele considerado louco. A reforma psiquiátrica é um processo político e social complexo que envolve participantes no território, do governo federal, estadual e municipal, universidades, mercados de serviços de saúde, comissões profissionais, associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, segundo

Vasconcelos (2018) formada por um conjunto de mudanças na prática, valores sociais que existem na vida cotidiana e dentro das instituições. Os serviços e relações promovidas pelo processo de reforma psiquiátrica é marcada por impasses, tensões, conflitos e desafios como mostra esse processo.

É no segundo lustro da década de 70, pontuando historicamente a repressão social, dada ao seu regime militar vigente, que se iniciam expressões de força contrárias à política vigente de assistência psiquiátrica, é a eclosão do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), composto por membros do movimento da saúde, associações familiares, sindicalistas, membros de associações profissionais e trabalhadores, condensados em objetivos claros, conforme Vasconcelos (2018) “denúncias e mobilização pela humanização dos hospitais psiquiátricos, tanto público quanto privados, alguns dos quais foram identificados como verdadeiros campos de concentração”, e ainda segundo o autor, a denúncia à mercantilização da loucura nos hospitais privados; reivindicação de condições melhores para o trabalho e amplitude de serviços ambulatoriais em saúde mental, faziam parte dos principais objetivos dessa mobilização.

A partir da década de 1980, com bases solidas, implementou-se no território o modelo sanitaria, constituindo o Sistema Único de Saúde, um direito de todos com o princípio universalidade e dever do Estado de salvaguardar o direito a saúde, [...] mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. [...] como está explícito nos art. 196-200 da CF/88 (BRASIL, 1988).

7

Em 1989, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta do Paulo Delgado (PT/MG), para regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência ao acesso a saúde mental e o desaparecimento gradual do asilo no país. Desde a reforma psiquiátrica os serviços psicossociais comunitários foram abertos e o atendimento às necessidades individuais de usuários com transtornos mentais mudaram para uma abordagem humanizada (VASCONCELOS, 2018).

Como instrumento da política de saúde mental a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, criada pela portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, visa a proteção integral do ser humano e sua reinserção na sociedade no âmbito do SUS (BRASIL, 2011). Suas diretrizes estão ancoradas no preceito internacional da Declaração dos Direitos Humanos e na lei federal brasileira nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que em linhas gerais dispõe dos direitos da pessoa com transtorno mentais e redireciona o modelo de assistência em saúde (BRASIL, 2001).

A Rede de Atenção Psicossocial – RAPS tem uma composição variada de serviços e equipamentos institucionais, que são eles os [...] Centros e Atenção Psicossocial (CAPS) em suas diversas tipologias e portes; os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os ambulatórios multiprofissionais, os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs), os leitos de saúde mental nos hospitais gerais, leitos de psiquiatria nos hospitais especializados e nos hospitais-dia atenção integral[...]. A criação de centros especializados para atendimentos dessa demanda, como os CAPS faz-se por via legais e é uma forma de delinear estratégias de intervenção e prevenções neste âmbito.

Na perspectiva global, destacamos a Organização Mundial da Saúde (OMS) com recomendações de ação nesta área de cuidados são a saúde mental: Fornecer tratamento de atenção primária; Fornecimento de substâncias psicotrópicas; prestar cuidados na comunidade; educar o público; envolver a comunidade, família e usuários; desenvolver políticas, planos e legislação nacional; preparar recursos humanos; articulação com outros setores e importância da pesquisa.

Dadas as acentuadas desigualdades sociais no Brasil, é importante destacar embora esse corpo jurídico seja essencial para a estruturação das políticas de saúde e saúde mental a serem implementadas, não se configuram suficientemente a garantir que às pessoas com transtorno mental o acesso aos direitos estabelecidos, é necessária complementaridade de políticas públicas que possam efetivar seus resultados e agentes operadores destas políticas, no próximo eixo trataremos com mais detalhe.

3.2 Da intervenção do/a assistente social na política de saúde mental com enfoque no suicídio

O Serviço Social, desde as décadas de 30 e 40, do século XX, período que se inicia a implementação das escolas institucionalizadas no Brasil, nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, teve suas primeiras práticas no campo da saúde mental dentro Centros de Orientação Infantil e Juvenil (COI/COJ), que segundo Bisneto (2007), em 1946, foi o que gerou o modelo de “Serviço Social Clínico”, com base nas orientações norte-americanas.

Na historiografia do Serviço Social, perpassa na sua prática incipiente, o destaque as abordagens pela perspectiva eugênica e da higiene mental, e de acordo com Bisneto (2007), essa prática segue um distanciamento ao que é o Serviço Social na atualidade. Somente com o Movimento de Reconceituação da profissão, iniciado na década de 70, pela necessidade de reformulação de sua teoria e prática consubstanciada em viés psicologizante, a profissão firma

seu compromisso com a classe trabalhadora, fortificando as suas dimensões do Projeto Ético Político que visa orientar a práxis profissional numa leitura crítica da sociedade.

A saúde mental tem sido um desses espaços que vem ampliando a atuação do Serviço Social, esses profissionais enfrentam o maior desafio à de enfrentamento das demandas que requer uma atualização teórica e prática no cotidiano. Para Yazbek e Yamamoto (2019), as expressões da questão social constituem campo de interventivo particular do assistente social, logo, neste campo é possível ao profissional desvelar cada expressão garantindo um atendimento de acolhimento diferenciado e transformador. Para o Serviço Social é objeto de estudo e ação, assevera Yamamoto (1997, p. 14 apud MACHADO, 1999, p. 2):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

São nesses espaços que se constituem a reafirmação de luta da profissão para garantir direitos aqueles sucumbido pela desconexão social em sua totalidade, produzida pela desigualdade ao acesso a saúde, e outros direitos. Nesse histórico (re) enquadramento do Serviço Social em saúde mental irá ajudar-nos a compreender o seu processo de intervenção e expertise nesta área da saúde.

Na década de 80 e 90, constituem um Serviço Social diferente do que se viu nas décadas iniciais do século XX, segundo José Bisneto (2007), a interlocução da profissão à corrente marxista, ligada ao movimento institucionalista, faz com que os profissionais obtenham uma leitura crítica da alienação dos usuários submetidos a instituição de atendimento, fundamentando a ampliação do debate teórico-metodológico e ético-político.

Na década de 90, já com a reforma do movimento psiquiátrica vigente, a profissão aparece com mais vigor dentro dos serviços alternativos da saúde mental, ampliando os espaços sócio ocupacionais de atuação do Serviço Social, devida a sua formação social e política, segundo Bisneto (2007, p. 40) “ O movimento de reforma psiquiátrica veio propor novos encaminhamentos metodológicos, com possibilidade de o assistente social intervir de forma efetiva nas refrações da “questão social” na área de saúde mental”.

A intervenção do Serviço Social nas expressões da questão social, no tocante a explicitada nessa pesquisa, precisa esta balizada numa visão histórica estrutural e totalitária,

reafirmando a constância dos princípios e valores que orientam as suas decisões, seu compromisso e suas ações, contidos no projeto ético e político da profissão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Revisão de literatura sobre a atuação do/a assistente social na saúde mental e o fenômeno suicida

Trata-se de Revisão Sistemática de literatura sobre a atuação profissional do/a assistente social na saúde mental e o fenômeno suicida. O levantamento de Literatura “é a localização e a obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa” (GONÇALVES, 2021, p. 17). O levantamento textual sobre a temática da pesquisa foi realizado a partir da base de dados do *Google Acadêmico*, abrangendo Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), publicados entre os anos de 2018 e 2022, em português. Os descritores utilizados foram <Serviço Social> <CAPS> <Suicídio>.

Inicialmente, foram encontrados 1.277 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Após eliminarmos os trabalhos não versavam sobre a delimitação desta pesquisa, permaneceram 377 trabalhos com possibilidade de análise. Após a avaliação, foram removidos os títulos correspondentes à revisão de literatura e textos indisponíveis para leitura. Após a análise dos resumos, foram escolhidos 5 (cinco) TCC, cuja temática é pertinente ao objetivo principal deste estudo, conforme enumerados no Quadro 1:

Quadro 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso classificados após levantamento – 2022

(continua)

AUTOR/A	ANO	TÍTULO	IES	CURSO
Iara da Silveira Pinheiro	2008	A intervenção do assistente social no atendimento da emergência do HU/UFSC às tentativas de suicídio	Universidade Federal de Santa Catarina.	Serviço Social
Lucas Mhatteus B. de Lima	2019	Suicídio como expressão da questão social: possibilidades para a atuação do Serviço Social	Universidade de Brasília	Serviço Social
Igor Sastro Nunes	2019	Saberes do assistente social na saúde mental: um estudo sobre o suicídio	Universidade Federal de Santa Maria	Serviço Social

Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso classificados após levantamento – 2022

(conclusão)

Isabela Amâncio dos Santos Maynara Thayná dos Santos Lima	2021	A problemática do suicídio e a intervenção do Serviço Social na Saúde Mental	Universidade Federal de Alagoas	Serviço Social
Ingrid de Lima	2021	Tentativas de suicídio e suicídios: desvendando os fatores de risco associados em São Borja.	Universidade Federal do Pampa	Serviço Social

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho.

Todas as publicações selecionadas tratam do saber profissional do/a assistente social na saúde mental e mediação diante do fenômeno suicida. São Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, em Instituição de Ensino Superior, da esfera federal da região sul foram defendidas em universidade federal da região sudeste (PINHEIRO, 2008); da região sul (NUNES, 2019; LIMA, 2021); nordeste (SANTOS; LIMA, 2021) e centro-oeste (LIMA, 2019).

Todas as publicações estão fundamentadas pela corrente teórico-crítica, ancorada na vertente marxista e dialético crítico, para explicar o fenômeno do suicídio e o embasamento teórico para o Serviço Social. No trabalho de Lima (2021, p.61) encontramos com maior rigor de interpretação o fenômeno do suicídio como uma expressão da questão social. O resultado da pesquisa apontou maior incidência de tentativas de suicídio de adolescentes e adultos jovens; casados e solteiros; e população LGBTQI+. Esses dados, segundo a autora, estão relacionados com a sociabilidade capitalista e suas consequências no cotidiano desses segmentos da população, podendo ocorrer bullying, discriminação, preconceito e outras formas de violência que desencadeiam em adoecimento mental. Por isso a discussão do suicídio está conectada a fatores sociais, estruturais e psicossociais, reafirmando assim os estudos de Durkheim, sobre o suicídio, citado no capítulo anterior.

O fenômeno do suicídio para Lima (2021) tem relação com fatores sociodemográficos; pré-existência de transtornos mentais; conflitos psicossociais; fatores estruturais; e outros fatores de menor intensidade nas respostas:

Os resultados do estudo demonstraram fatores de risco associados a pré-existência de algum transtorno mental, pois o sujeito está em vulnerabilidade psíquica e assim se torna um elemento de agravamento para as tentativas de suicídio. (LIMA, 2021, p. 61).

São muitos os fatores de risco para o suicídio, o que autor trás em destaque é o que mais se assemelha ao que os pesquisadores da área da Psicologia, da sociologia e da saúde reverberam em suas obras, os transtornos mentais. Isso significa que aquele comportamento suicida tem necessariamente vulnerabilidades de origem psicológica.

Em Pinheiro (2008) encontramos análise sobre a intervenção do/a assistente social na questão do suicídio e a sociabilidade capitalista. Neste diálogo é preciso aliar o conhecimento teórico e a práxis. O profissional de escolher valores universais, postura crítica e qualificada para compreender o fenômeno distanciar-se do messianismo e o trefismo cotidiano.

É através do cotidiano, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais que faz parte de um determinado nível da realidade social, pois modificarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, os assistentes sociais garantem instrumentalidade às suas ações. (PINHEIRO, 2008, p. 62).

O Serviço Social é materializado no seu processo de trabalho, quando os princípios norteadores da profissão comprometida ética e politicamente com os seus usuários, gera a transformação no seu cotidiano, modificando-os com o saber e prática profissionalizada em seu atendimento.

Pinheiro (2008) apresenta como resultado da sua pesquisa que o acolhimento realizado pelo assistente social é importante ao usuário. E conclui que acolhimento é um instrumento técnico operacional e um meio para realizar a leitura do cotidiano do usuário, por meio da visão crítica “para intervir nos atendimentos as tentativas de suicídio. “(PINHEIRO, 2008, p. 62). A autora refere que o acolhimento qualificado está centrado em base teórica para aprimorar a práxis do assistente social.

Nesse mesmo sentido, Nunes (2019) acrescenta ao acolhimento, os encaminhamentos propostos pelo assistente social e a sistematização dos dados, visando contribuir com a construção de políticas públicas junto aos conselhos de políticas e de direitos, a mobilização dos usuários, articulação com o controle social. O autor enfatiza o assistente social deve trabalhar com todas as possibilidades existentes no Serviço Social, produzindo respostas firmes durante a sua intervenção, pois em sua pesquisa “[...] acabam terceirizando o cuidado para as outras áreas como a psicologia e a psiquiatria.” (NUNES, 2019, p. 86).

12

Em conclusão, Nunes (2019) dialoga com o assistente social no sentido que a demanda do suicídio, está para além da questão doença, sujeito de direitos ao atendimento em saúde e a superação das consequências da tentativa de suicídio, articulando as diversas redes de apoio.

O manejo em Serviço Social busca garantir a produção de saúde desse sujeito por meio da garantia de direitos, seja o direito à saúde, à previdência ou ao trabalho, assim, esse manejo deve ter sempre como foco a emancipação do usuário. (NUNES, 2019, p. 86).

Na conclusão de Pinheiro (2008, p. 62) o assistente social precisa desenvolver processos societários, pelos quais os usuários sejam participantes na direção da conquista dos seus direitos e da ampliação da cidadania, bem como o acesso à rede de saúde e afirma que “[...] a partir do acolhimento, se reconhece a importância da subjetividade enquanto elemento essencial para a apreensão de um *modus operandi* do Serviço Social no espaço da área de Saúde Mental”.

De forma similar encontramos em Lima (2019) que o Serviço Social tem papel fundamental na prevenção do suicídio, como expressão da questão social e demanda de saúde pública. Para Nunes (2019, p. 86), essa visão necessita de investimento em educação permanente e na busca “[...] por referenciais teóricos que auxiliem no manejo dos usuários [...]”. Este pesquisador anuncia que formação de profissional de Serviço Social capacitados para intervir

nessa demanda é essencial, pois suscita a criação de “[...] disciplinas, debates e eventos que discutam a temática do suicídio quanto na produção acadêmica que auxilie na construção de balizadores da prática profissional.” (NUNES, 2019, p. 86).

A obra do autor Bisneto (2007), faz uma análise crítica da atuação do profissional do Serviço Social nessa rede de atendimento que compõe as instituições de saúde mental, pela necessidade de instrumentalizar e alicerçar metodologicamente, diante das particularidades.

A particularidade analisada por trazida por Santos e Lima (2021, p. 56), acende um alerta ao Serviço Social que o problema do suicídio é um problema de saúde pública e repetidas vezes está “envolto sobre estigmas e tabus”. Esse aspecto recebeu destaque em sua pesquisa, pois a repercussão dos elementos estigmatizantes “[...] desencadeiam na dificuldade de se trabalhar, discutir, abordar, produzir e intervir sobre a dita problemática”. Para as pesquisadoras o estudo da temática é relevante dentro do Serviço Social e fundamental para sociedade.

Quanto aos objetivos dos trabalhos levantados encontramos o Serviço Social como foco principal, com destaque para a sua atuação na saúde mental, em unidades de saúde especializadas como os Centros de Atenção Psicossocial (Santos; Lima (2021); Lima, 2019; Nunes, (2019; Lima (2021) e em Hospital Universitário (Pinheiro, 2008). São estudos que visam ampliar referências sobre a temática do fenômeno do suicídio para o Serviço Social, caracterizando-o como expressão da questão social. Com destaque para o objetivo trabalhado por Nunes (2019) que reúnem a investigação sobre o suicídio com base na perspectiva teórica marxista e da psicanálise, *discutir o suicídio a partir de diferentes perspectivas teóricas que compõem os saberes da área social; entre elas destaca-se a perspectiva marxista e a perspectiva da Psicanálise.*

13

Concomitante a essas pesquisas, a reunião do saber produzido em saúde mental, dentro do Serviço Social, visa o subsídio para atuação profissional frente ao desdobramento da expressão da questão social aqui mencionada. E a aproximação ao marxismo permite o aprofundamento das demandas recebidas pelo Serviço Social da saúde mental.

Na pesquisa de Lima (2021) busca *analisar quais os fatores de riscos que estão associados nos casos de suicídio e nas tentativas de suicídio no município de São Borja, entre o período de 2018 a 2020 com vistas a contribuir para análise da realidade local e possíveis estratégias de prevenção.* A autora analisa seus dados com base na vertente marxista.

Como abordado no capítulo anterior, Marx (2006, p. 23) escreve sobre o suicídio com olhar crítico direcionando a sociedade contextual de sua época, afirma que é um problema de “organização deficiente”, e problematiza-o como oriundo das relações desiguais do modo de

produção capitalista e propõe possíveis fins desse problema, com a modificação desse sistema vigente e por transformações profundas nas relações sociais de classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou a atuação profissional do/a assistente social na Política de Saúde, um histórico espaço sócio ocupacional desde o surgimento da profissão nos anos de 1930. Com o avanço nos estudos, na formação e no alargamento do referencial teórico, outras frentes de trabalho na saúde, foram requisitando a inserção do/a assistente social, com destaque para a saúde mental. Com o avanço da industrialização, as expressões da questão social como desemprego, trabalho precário, ausência de saneamento básico, moradia entre outras questões, repercutem no adoecimento da população e promovem a especialização do conhecimento em diversas áreas.

No Serviço Social, o olhar para as relações sociais no capitalismo é amplificado a cada momento histórico. É nos anos 1960, no Brasil que o Movimento de Reconceituação da profissão amadurece sua trajetória e culmina em vários eventos nacionais, como Araxá, Teresópolis, Alto da Boa Vista até os Congressos Nacionais de Assistentes Sociais, onde as pautas colocam em evidência a natureza, as especificidades e particularidades do Serviço Social. Esse processo recupera o debate sobre a civilidade e humanidade, projetadas em perspectivas críticas e revolucionárias, distanciando a profissão da visão conservadora, liberal e positiva de sociedade.

14

Nesse movimento encontramos a construção do Projeto Ético-Político da profissão que perpassa pelas alterações nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, pela Lei de regulamentação da Profissão, pelos princípios éticos, o novo Código de ética, os fortalecimentos das entidades de classe – Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social e o movimento estudantil. Esse arcabouço teórico e político estabelece o alinhamento para construir as Dimensões da profissão, no seu recorte teórico-metodológico; ético-político; técnico-operativo e investigativo.

Nossas considerações finais sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso, aglutinados na revisão de Literatura expõem que as Dimensões da profissão do Serviço Social, devem subsidiar as intervenções dos profissionais de Serviço Social inseridos em Unidades de Saúde Mental, especificamente quanto a temática do suicídio. Encontramos em todos os trabalhos pesquisados o apelo rigoroso para o fundamento teórico, pois serve ao/a assistente social interpretar o

fenômeno do suicídio, não como um adoecimento pontual, mas sim como resultado das relações sociais presentes nas contradições do capital e trabalho.

Essa investigação apontou para o uso dos instrumentos técnicos operativos no processo de trabalho e evidenciou a importância do/a profissional de Serviço Social, na mediação com o usuário e família de pessoas em situação de tentativa de suicídio. O acolhimento, a escuta e a observação qualificadas são ferramentas utilizadas pelo/a assistente social, sob perspectiva teleológica, visando ultrapassar a questão doença e alcançar o/a, usuário/família enquanto sujeitos de direitos com acesso à saúde integral, superando as consequências da tentativa de suicídio e articulando com a rede de interinstitucional.

O uso dessas ferramentas, identificadas nos estudos pesquisados, acendem a luz para a questão do preconceito e os tabus acerca do fenômeno do suicídio e fazem imersão no VI Princípio do Código de Ética da profissão “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito [...]” (CFESS, 2012, p. 23). O/a assistente social que subsidia sua intervenção técnica em referencial teórico crítico e utiliza instrumental com a finalidade de mediar o acesso a direito, certamente conseguirá se afastar de interpretações moralizantes e preconceituosas sobre a questão social.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso pesquisados nos levam a concluir que a formação acadêmica dos/as assistentes sociais, ainda prescinde de estudos, pesquisas e disciplina que tratem da temática do suicídio na sociedade. Esse fenômeno não pode ser tratado tardiamente na academia, pois é uma expressão da questão social, objeto do Serviço Social. E na sequência, os trabalhos alargam suas análises ao recomendarem a formação continuada aos/as assistentes sociais inseridos/as nas Unidades de Saúde de Atenção Psicossocial com recorte no fenômeno do suicídio.

Assim, para finalizar essas considerações reforçamos os pensamentos dos pesquisadores estudados quanto a necessidade de refletir e avançar nos estudos científicos, no interior do Serviço Social, sobre o comportamento suicida inerente a diversos espaços socioocupacionais.

REFERÊNCIAS

- BISNETO, José Augusto. Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOLETIM epidemiológico 002/2019. Lesões autoprovocadas e suicídios 2009- 2018. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, 2019
- BOTEGA, Neury José. Crise suicida: avaliação e manejo. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, Ano CXXVI, n. 191-A, p. 1-32.

BRASIL. LEI No 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 maio. 2013. Seção 1, n. 96, p. 37-38.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, 2012.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGELS, Friederich. Dialética da natureza. 2. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, S.A., 2008.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Manual de artigo de revisão de literatura. 3. ed. Brasília: Instituto Processus, 2021.

16

LIMA, Ingrid de. Tentativas de suicídio e suicídios: desvendando os fatores de risco associados em São Borja. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, Rio Grande do Sul, 2012.

LIMA, Ingrid de. Tentativas de suicídio e suicídios: desvendando os fatores de risco associados em São Borja. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, Rio Grande do Sul, 2021.

LIMA, Lucas. Suicídio como expressão da Questão Social: Possibilidades para a atuação do Serviço Social. 2019. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: objeto do Serviço Social, Serviço Social em Revista, Londrina, v. 2, n. 1, p. 39-48, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/niv2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. Sobre o suicídio. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em: [http://movaut.net/livro/Marx%2020Sobre%200%20Suic%C3%ADdio%20\(Boitempo\).pdf](http://movaut.net/livro/Marx%2020Sobre%200%20Suic%C3%ADdio%20(Boitempo).pdf). Acesso em: 13 abr. 2018.

NUNES, Igor Sastro. Saberes do assistente social na saúde mental: um estudo sobre o suicídio. 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PINHEIRO, Iara da Silveira. A intervenção do assistente social no atendimento da emergência do HU/UFSC às tentativas de suicídio. 2008. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SANTOS, Isabela Amâncio dos; LIMA, Maynara Thayná dos Santos. A problemática do suicídio e a intervenção do Serviço Social na saúde mental. 2021. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2021.

SANTOS, Jaqueline dos. Suicídio em Mato Grosso do Sul, Brasil: fatores sociodemográficos. 2010. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

17

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

VERES, Sidnei Ferreira de. O problema do suicídio em Émile Durkheim. Revista do Instituto de Ciências Humanas, Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 13-36, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela (org.) Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo; Cortez, 2019.